

Exercer Plenamente a Função de Plataforma Sino-Lusófona, Contribuindo para a Nova Conjuntura da “Dupla Circulação” *

*Lao Pun Lap***

I. Preliminares

Em 2002, o Governo da RAEM expressou, de forma pioneira, a sua concepção de como criar uma “Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” (doravante também referida “Plataforma Sino-Lusófona”, com a sigla “PSL” ou simplesmente “Plataforma”), segundo as necessidades do Estado chinês e as capacidades locais. Pretendia, desta maneira, dar impulso à cooperação e às trocas entre a RPC e os Países de Língua Portuguesa (PLP). Após detidas discussões, o 12.º e 13.º Planos Quinquenais formalizaram esse papel de Macau como uma estratégia nacional. Nos últimos 18 anos, a RAEM vem-se esforçando para implementar tal estatuto de Plataforma, reforçando constantemente as suas vantagens comparativas e capacidades específicas, de maneira que, actualmente, a construção da PSL já surtiu alguns efeitos, o que não se resume à realização de cinco reuniões ministeriais sob o Fórum de Macau, mas também inclui um imenso número de realizações, das quais se destacam a duplicação do volume de liquidações em renminbi (doravante também referido pelo acrónimo RMB)

* O presente texto foi elaborado com base na investigação realizada durante o projecto “Como promover a diversificação económica de Macau sob o 14.º Plano Quinquenal”, organizado pela Associação de Economia de Macau. O autor gostaria de agradecer as opiniões dadas pelo professor Ip Kuai Peng, Wong Un Fai e Tam Kei Pan.

** PhD. Presidente da Associação de Economia de Macau.

realizadas em favor dos Países de Língua Portuguesa, o estabelecimento oficial da sede do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, a colaboração intensa no sector de MICE afecto à área da cultura e do turismo, entre outras iniciativas. Assim, a RAEM tem mantido uma tendência inequívoca de alargar a escala da cooperação comercial entre a China e os PLP.

Neste momento, o mundo está a passar por uma grande transformação, inaudita no último século. A RPC iniciou mais um ciclo de medidas para se abrir ao exterior, dando forma a uma nova conjuntura de desenvolvimento, na qual “as circulações doméstica e externa se estimulam mutuamente, tendo a primeira como elemento principal”. O Partido Comunista Chinês publicou o documento *Sobre o 14.º Plano Quinquenal e os Objectivos de Longo Prazo para 2035*, por meio do qual traçou recomendações, entre as quais se incluem “apoiar as Regiões Administrativas Especiais (RAE) para consolidarem as suas respectivas vantagens comparativas, construindo um centro internacional de inovação em C&T, criando uma plataforma funcional para a iniciativa “Cinturão e Rota”, efectivando o seu desenvolvimento económico sustentável. Devem apoiar-se Hong Kong e Macau para que se integrem ainda mais na conjuntura do desenvolvimento nacional, construindo a Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (doravante também referida pelo acrónimo inglês GBA) com alta qualidade, aperfeiçoando as medidas e as políticas que favoreçam aos moradores das duas RAE para que progridam no interior da China”. No futuro, seja a criação da plataforma funcional, seja a construção da GBA, ambas estão intimamente relacionadas com o papel de Macau enquanto Plataforma Sino-Lusófona. A Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial está a realizar um contributo ainda maior para o desenvolvimento nacional, assumindo responsabilidades ainda mais ponderosas. No entanto, é de registrar que a sociedade ainda tem dúvidas sobre a eficácia da PSL, uma vez a sua serventia económica¹ ainda não se

¹ “Economias de Plataforma” (“平台經濟” em chinês) é um conceito proposto por intelectuais como o ex-Director do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Macau, Hao Yufan. Em nossa opinião, refere-se a todos os tipos de actividades económicas derivadas da função de contactos

manifestou convincentemente, fracassando em cativar o interesse das PME e dos jovens de Macau durante todos estes anos. Deve reconhecer-se que a construção da Plataforma ainda possui um grande espaço para aumentar a sua eficiência.

2021 é o primeiro ano da implementação do 14.º Plano Quinquenal, devendo também realizar-se nele a 6.ª Reunião Ministerial do Fórum de Macau. Os países participantes deverão negociar um novo *Plano de Acção para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa*, atribuindo uma nova missão à PSL. Neste contexto, verificamos a grande necessidade de investigarmos uma série de questões, tais como a maneira de reforçar as funções da Plataforma durante a vigência do 14.º Plano, de desenvolver realisticamente a sua serventia, de auxiliar o Estado a criar a nova conjuntura de “Dupla Circulação” e de criar um pilar para a diversificação adequada da economia de Macau. Nestes termos, o presente texto propõe-se principalmente expor algumas ideias para o actual Governo da RAEM sobre como construir a Plataforma Sino-Lusófona, analisando as tendências em curso e os seus problemas profundos. Nesta base, o presente artigo também oferecerá sugestões de políticas sobre como reforçar as funções da PSL nos próximos cinco anos.

II. Breve análise da estratégia de construção da Plataforma Sino-Lusófona pelo governo da RAEM

O Chefe do Executivo da RAEM, Ho Iat Seng, atribui valor ao desenvolvimento da Plataforma Sino-Lusófona. No primeiro relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG), ele transmitiu um conjunto de prioridades nesse sentido, acentuando que “é necessário exercer plenamente o papel de Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, ajudando a China a promover sua abertura concreta”.² De um modo mais específico, as LAG de 2021 ainda

desenvolvida pela PSL, incluindo as suas diferentes modalidades, tais como o domínio *on-shore* e *off-shore*, em linha e fora de linha, de bens e serviços, etc.

² *Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2020*, Governo da RAEM, Abril de 2020, pág. 40.

indicaram: “é preciso avançar, pragmaticamente, com o estabelecimento da Plataforma Sino-Lusófona, não poupando esforços para auxiliar a realização da 6.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau. Importa aperfeiçoar e complementar as funções de Macau enquanto Plataforma, exercendo plenamente esse papel para estimular a cooperação e os intercâmbios económico-comerciais e culturais entre a RPC e os Países de Língua Portuguesa. É imperativo ajudar o Estado chinês a implementar a sua política de abertura ao exterior, sob a sua nova conjuntura de desenvolvimento”. A nossa leitura sobre essas políticas governamentais é a seguinte:

1. A conferência ministerial é a primeira prioridade para construção da PSL

Ambas as LAG de 2020 e de 2021 elegeram a nova conferência ministerial como tarefa central do Fórum de Macau. Enquanto mecanismo multilateral de cooperação entre os países em causa, o Fórum de Cooperação Económica e Comercial China- Países de Língua Portuguesa (conhecido por “Fórum de Macau”) realizou cinco conferências ministeriais na RAEM, desde a sua fundação em 2003, com benefícios directos para ampliar e consolidar a imagem e influência de Macau. Adicionalmente, durante as cinco reuniões, o Governo Central tem adoptado uma série de medidas de apoio, que se desdobraram em novas funções para o Fórum. Nos últimos anos, vêm sendo implementadas iniciativas como a “Federação Empresarial da China e dos Países de Língua Portuguesa”, o “Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa”, para não esquecer o “Centro de Intercâmbio Cultural Sino-Lusófono” e a “Base de Formação de Quadros Bilíngues de Chinês e Português”, entre outras. Ao tomarem Macau como base, essas iniciativas têm obtido sucesso, fazendo com que a construção Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa tenha entrado numa etapa de desenvolvimento substancial, incentivando os intercâmbios e a cooperação nas diversas áreas afectas ao quadro económico-comercial.

2. A Zona de Cooperação em Profundidade de Hengqin é um novo espaço para a Plataforma e a economia de Macau

Nas LAG de 2020, o Governo da RAEM definiu a criação da Zona de Cooperação em Profundidade de Hengqin (Guangdong-Macau) como uma direcção para os seus trabalhos, assinalando que “Hengqin têm condições para complementar as carências de Macau no que se refere a terras e a outros recursos, permitindo à RAEM exercer de forma ainda mais completa o seu papel”.³ Ainda nos termos das LAG, “conforme as determinações do Governo Central, é preciso implementar seriamente a Zona de Cooperação em Profundidade”. No futuro, há esperança de que Guangdong e Macau concordem em alargar parte das políticas relacionadas com o Território Aduaneiro Distinto e o Porto Livre Internacional para abranger Hengqin, promovendo a acumulação de vantagens comparativas dessas duas áreas. Sem dúvida que isso criará um efeito multiplicador e abrirá ainda maior espaço para o desenvolvimento da PSL de Macau.

3. Aliar-se às iniciativas “Cinturão e Rota” e “Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” cria efeitos estratégicos cumulativos

As LAG de 2020 estipulam que “é preciso colocar-se ao serviço da Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, contribuindo com todas as forças para a construção da iniciativa ‘Cinturão e Rota’, estimulando o desenvolvimento da inovação financeira, bem como as suas tecnologias”, “devem criar-se canais para os intercâmbios e a cooperação entre o interior da China e os países e regiões abrangidos pela iniciativa ‘Cinturão e Rota’, em particular os países de línguas latinas, com especial ênfase nos de língua portuguesa; desta maneira, espera-se ajudar o Estado a progredir na sua política de abertura completa”, entre outros itens.⁴ Já as LAG de 2021 referem-se da seguinte forma, no parágrafo sobre o

³ *Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2020*, Governo da RAEM, Abril de 2020, pág. 40.

⁴ *Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2020*, Governo da RAEM, Abril de 2020, pág. 41.

tema da participação na GBA: “é necessário estimular as instituições de seguros financeiros do interior da China a estabelecerem as suas sedes regionais em Macau, para expandirem as suas actividades aos mercados dos Países de Língua Portuguesa.⁵ Tais políticas têm por finalidade criar condições favoráveis para incrementar os investimentos e as transacções comerciais entre os Países de Língua Portuguesa e a RPC, assim como entre Macau e o estrangeiro. Isso não apenas enriquece o papel de Plataforma exercido por Macau, mas também é um caminho para que a RAEM possa valer-se da PSL para realizar um contributo ainda maior para a construção da iniciativa “Cinturão e Rota”.

4. A Plataforma Sino-lusófona promove a diversificação adequada da economia

O *Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2020* indica que “é preciso utilizar as vantagens de Macau no que se refere ao registo de embarcações, buscando maneiras de negociar com as partes integrantes da GBA e com outras regiões do interior da China para manter cooperação marítima com os Países de Língua Portuguesa, através da qual é possível transformar Hengqin numa importante plataforma para criação de uma parceria azul entre a RPC e os PLP. Além disso, também se considera o desenvolvimento do comércio digital e do comércio electrónico transfronteiriço, integrado na cadeia de valor do comércio nacional, estabelecendo, desta forma um centro comercial internacional entre a China e os PLP, permitindo que exerça o papel de plataforma com mais eficácia nesse contexto.⁶ Já as LAG de 2021, no item sobre a diversificação económica, propõem “acelerar a criação de um mercado de obrigações, desenvolvendo activamente as operações de gestão patrimonial, dando impulso à criação de um centro de liquidação em RMB e à diversificação do sector de finanças”; apontam também que “é preciso estimular o

⁵ *Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2021*, Governo da RAEM, Novembro de 2020, pág. 35.

⁶ *Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2020*, Governo da RAEM, Abril de 2020, págs. 40-41.

desenvolvimento progressivo das operações de comércio electrónico transfronteiriço entre a China e os PLP, com a finalidade de apoiar os avanços no comércio entre essas partes”.⁷ Destes pontos percebe-se que o governo da RAEM está a reforçar a Plataforma Sino-lusófona, bem como os sectores em que possui vantagens, além de promover a integração transfronteiriça em novos domínios; Macau utiliza assim a PSL para diversificar a sua economia, buscando aperfeiçoar novos sectores, integrando-se na cadeia de valor da nova economia nacional.

III. Tendências de desenvolvimento da Plataforma Sino-Lusófona

1. Formação da nova conjuntura económica da “Dupla Circulação”

Em resposta às profundas mudanças da situação doméstica e internacional, bem como às condições que este novo quadro impõe, o Estado chinês está a criar uma nova conjuntura de desenvolvimento, em que “as circulações domésticas e externas se estimulam mutuamente, tendo a primeira como elemento principal”. “Elemento principal” aqui quer dizer ampliar o consumo, o investimento e a demanda por importações, com a finalidade de consolidar as ligações económicas com o estrangeiro. De facto, a China está a demonstrar um poder de concentração estratégica inquebrantável, de que se percebe uma determinação pertinaz em se abrir para o exterior, impulsionando vigorosamente a criação de uma nova conjuntura de abertura plena. Num contexto em que se continua a fazer avançar activamente esse processo a um elevado nível qualitativo, a RPC continua a abrir o seu mercado interno, acrescentando novos campos a essa conjuntura, aprimorando o ambiente de negócios, ampliando as cooperações bilaterais, de que se destaca a construção conjunta da iniciativa “Cinturão e Rota”, entre outras. Essas circunstâncias podem servir para um mais vigoroso apoio externo à

⁷ *Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2021*, Governo da RAEM, Novembro de 2020, pág. 26.

Plataforma Sino-lusófona, que haverá de abrir ainda mais espaço para a cooperação económico-comercial entre essas partes.

Nos últimos anos, o fluxo comercial entre o interior da China e os PLP tem manifestado uma tendência de crescimento, com o volume total de comércio avançando de 98,48 mil milhões de dólares (2015) para 150,69 mil milhões (2019), isto é, crescendo 53% em cinco anos. Durante a abertura da 3.^a Exposição Internacional de Exportação da China, a China anunciou a criação de 10 zonas-modelo, em diferentes partes do território nacional, para estimular a inovação no campo do comércio de importação, com a finalidade de aumentar sustentadamente a escala das importações chinesas, aprimorando continuamente a sua estrutura, o que se revelou num apoio à formação de uma nova conjuntura de desenvolvimento. A instituição dessas zonas ampliará a demanda pela importação de bens de ponta e de elevada qualidade produzidos pelos PLP, aumentando, conseqüentemente, a oferta dos mesmos. Ademais, estimular-se-á a utilização de meios mais convenientes, seja em termos de redes de comercialização, seja em termos de plataformas de serviços, o que introduzirá nova vitalidade à Plataforma Sino-Lusófona.

Dentro desses planos, Macau posiciona-se como um ponto de intersecção entre os dois tipos de Circulação, sendo capaz de exercer um papel efectivo de plataforma, apresentando-se como um elemento de conjugação entre os sectores produtivos e as demandas do interior da China e dos PLP, conforme as vantagens comparativas de cada parte. Essa situação traduz-se em benefícios para que se incremente a abrangência, a intensidade e a resiliência da cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

2. Aceleração do ritmo de internacionalização do RMB

Desde a reforma cambial de 2005, a China tem-se empenhado activamente em implementar uma estratégia de internacionalização do renminbi, envidando esforços para elevar o estatuto dessa moeda nas reservas internacionais. Ao longo dos últimos dez anos, a utilização transfronteiriça da moeda chinesa tem

aumentado consistentemente, estando actualmente entre os dez grandes meios de pagamento do globo. Com o aumento do nível de abertura da China ao exterior, o avanço da iniciativa “Cinturão e Rota” e o aumento progressivo das importações chinesas, a proporção de aplicações estrangeiras liquidadas em RMB tem crescido, os investimentos chineses nos países participantes da “Cinturão e Rota” têm avançado e os seus respectivos pagamentos têm utilizado mais e mais o renminbi, sendo este utilizado como moeda de reserva por cada vez mais bancos centrais no mundo. Ao mesmo tempo, países ocidentais como os Estados Unidos têm persistido com uma política de juros ultra-baixos, o que, comparativamente, torna os produtos denominados em RMB uma opção mais atraente para alocação de activos por parte dos investidores de longo-prazo. Estes factores beneficiam a aceleração do ritmo de internacionalização da moeda chinesa, processo que Macau pode auxiliar, ao mesmo tempo que pode beneficiar através da criação de um centro de liquidação direccionado para a China e para os PLP.

3. Novo foco de crescimento para o comércio de serviços e de produtos de alta tecnologia

Em anos recentes, a RPC deu um salto, tornando-se a segunda potência no comércio de serviços do mundo. O volume das importações quebrou recordes históricos, sua estrutura continua a otimizar-se e há um número cada vez maior de parceiros.⁸ Distingue-se uma tendência de aceleração no desenvolvimento do comércio de serviços entre a China e os PLP, cuja velocidade está acima da do crescimento agregado do comércio internacional da RPC com o mundo. Ademais, identifica-se um aprofundamento cada vez maior da cooperação em áreas como o turismo, as finanças e os transportes.⁹

⁸ “Apresentação do Ministério do Comércio da RPC sobre o abastecimento de víveres na luta contra a epidemia COVID-19 e relatório sobre a importação e exportação de serviços da RPC em 2019”, portal do Governo Popular Central da RPC, 10 de Fevereiro de 2020, http://www.gov.cn/xinwen/2020-02/10/content_5477038.htm

⁹ Ip Kuai Peng, “A construção dos ‘Três Centros’ da Plataforma de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa: Resultados, Problemas e Perspectivas” in Gu Xueming, Lin Guangzhi et al. (ed.), *Relatório do Desenvolvimento da Cooperação Económica e Comercial entre*

Em 2018, o volume de comércio de produtos de alta tecnologia chinês continuou a aumentar, atingindo um total de 1.408,57 mil milhões de dólares (importações+exportações), marcando um crescimento anual de 12 por cento. O sector tecnológico ainda preserva a sua estrutura tradicional, concentrada nos ramos da computação, das comunicações e das tecnologias electrónicas.¹⁰ Comparativamente aos países desenvolvidos, os produtos e equipamentos chineses, tais como infra-estruturas digitais, softwares, etc., possuem vantagens em termos de custo-benefício, sendo mais acessíveis a outros países em desenvolvimento, viabilizando o processo de digitalização e informatização das suas economias. No futuro, Macau pode estar atenta a novas oportunidades que beneficiariam a Plataforma Sino-Lusófona em termos de serviços e comércio de alta tecnologia, desta forma promovendo o desenvolvimento dessa instituição nos sectores de ponta.

4. Conjugando elementos em linha e fora de linha para impelir a cooperação económico-comercial digital entre China e os PLP

Sob impacto da epidemia COVID-19, o Governo da RAEM adoptou a estratégia de realizar eventos em linha e fora de linha para, ainda mais decididamente, estimular o desenvolvimento do sector de eventos e convenções (MICE). Várias exposições de marcas de Macau criaram numerosos serviços de atendimento ao cliente em linha, com a finalidade de prestar assistência técnica especializada e divulgar informações, cabendo às plataformas fora de linha oferecer um ambiente convidativo, realizar actividades presenciais e, ao mesmo tempo, prestar apoio e serviços completos às empresas e investidores da RPC e dos PLP no que se refere às suas operações, realizadas no plano da cooperação.¹¹

a China e os Países de Língua Portuguesa (2018-2019). Social Sciences Literature Press, 2020, págs. 213-224.

¹⁰ “Ministério da Ciência e Tecnologia: saldo total do comércio exterior em produtos de C&T da China ultrapassou os 1.400 mil milhões de dólares”, Chinanews.com, 30 de Abril de 2020, <http://www.chinanews.com/gn/2020/04-30/9173103.shtml>

¹¹ Ip Kuai Peng, “A construção dos ‘Três Centros’ da Plataforma de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa: Resultados, Problemas e Perspectivas” in Gu Xueming,

Por exemplo, no que se refere aos serviços em linha, até 16 de Outubro de 2020, o “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa” já tinha registado 31.212 produtos alimentares, 3.926 fornecedores, 438 projectos de investimento e 2.614 fornecedores de serviços especializados, sem esquecer 1.250 recursos humanos bilingues.¹² No que toca os serviços fora de linha, até Setembro de 2020, o “Centro de Exposição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa” já havia exibido cerca de 2.100 itens oferecidos por 228 empresas, atingindo 33.447 visitantes e estabelecido seis pontos de exposição de produtos alimentares por várias zonas de Macau.¹³ Em nossa opinião, a economia em linha pode vir a converter-se numa nova tendência para o sector de eventos e de serviços comerciais de Macau, sendo possível através dela encontrar um novo caminho para conter os efeitos negativos da pandemia em relação às operações fora de linha. A sinergia entre as modalidades em linha e fora de linha abrirá um espaço maior para que a Plataforma Sino-lusófona avance.

5. Aprofundamento contínuo da cooperação financeira entre a China e os PLP

As operações de liquidação em renminbi para os Países de Língua Portuguesa tiveram um bom efeito sobre Macau. Em Agosto de 2015, o Banco Popular da China aprovou a criação de um banco de compensações em moeda chinesa na RAEM, para oferecer operações de liquidação em RMB para os bancos congéneres dos Países de Língua Portuguesa. No momento, a única instituição

Lin Guangzhi et al. (ed.), *Relatório do Desenvolvimento da Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2018-2019)*. Social Sciences Literature Press, 2020, págs. 213-224.

¹² Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa, <https://www.platformchinapl.mo/?lang=zht>

¹³ “Sob diversos níveis de gestão, construir a Plataforma Sino-lusófona: académico propõe melhorar as estruturas de apoio e reforçar a influência”, *Exmoo News*, 19 de Novembro de 2019, pág. A07.

dessa natureza (Banco da China, sucursal de Macau) já estabeleceu relações de correspondência com 17 bancos dos PLP. Em 2018, foram realizadas 2.341 operações de liquidação, com um valor total de 2,5 mil milhões de renminbi.¹⁴ Conforme informações divulgadas no sítio da Autoridade Monetária de Macau, entre 2010 e Agosto de 2020, o valor total de transacções comerciais transfronteiriças em moeda chinesa acumulou 1.077,6 mil milhões de renminbi.

Em Outubro de 2019, o governo da RAEM criou oficialmente o Regime de seguro de crédito às exportações, prestando apoio ao comércio com os Países de Língua Portuguesa, no sentido de reduzir o risco das operações por meio de apólices bancárias. A medida está vocacionada, particularmente, para resolver as dificuldades de obter crédito no caso das exportações para países com risco mais elevado. Isso permite a Macau actuar num papel mais pró-activo em favor do reforço da “Circulação Externa” da RPC.

Macau também assinou acordos com bancos centrais dos Países de Língua Portuguesa, com a finalidade de estreitar o diálogo e fortalecer as bases da cooperação no sector financeiro. Os bancos da RAEM já abrangem vários PLP nos seus grupos de rede, aos quais oferecem transacções transfronteiriças de capitalização, de que se destacam o estabelecimento, nas suas etapas iniciais, de plataformas de transacções e emissão de obrigações em Macau, que prestarão serviços e meios de capitalização diversificados. Além disso, a Associação de Bancos de Macau uniu-se às suas congéneres de Portugal, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé, assinando, em 2019, a “Iniciativa para o avanço da cooperação entre os bancos comerciais de Macau e dos Países de Língua Portuguesa”, o que serve para reforçar ainda mais a cooperação nesse plano.

¹⁴ Shu Youjun, “Novos caminhos para a internacionalização do renminbi sob as fricções comerciais China-Estados Unidos – transformando Macau num sub-centro off-shore, especializado no serviço aos PLP”, Associação de Cooperação Financeira Asiática, 29 de Setembro de 2019, disponível em <http://cn.afca-asia.org/Portal.do?method=detailView&returnChannelID=231&contentID=644>

Além do mais, no final de 2019, a Autoridade Monetária de Macau assinou com o Banco Popular da China um “Acordo de swap de moedas”, no valor de 30 mil milhões de RMB. A partir do primeiro trimestre de 2020, os bancos de Macau passaram a realizar operações de conversão entre patacas e renminbis, bem como transacções de contratos de “swap”. Isso complementa ainda mais os fundamentos da circulação da moeda chinesa no mercado local da RAEM, impulsionando o desenvolvimento das operações em RMB “offshore”.

Do acima exposto, depreende-se que, se Macau for capaz de aproveitar as oportunidades oferecidas pela criação da sede do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, dando valor à implementação de um sector financeiro moderno, especialmente no que se refere às novidades em termos de liquidação em renminbi, leasing financeiro, etc, será possível apoiar-se na construção da Plataforma Sino-lusófona, focando-se nas demandas por serviços financeiros derivados das relações entre as capacidades produtivas desses países. Assim, há espaço para o aprofundamento da cooperação financeira entre a China e os PLP, que promete alcançar resultados substanciais.

IV. Problemas actualmente existentes no desenvolvimento da PSL

1. As vantagens oferecidas pelas políticas não são convincentes

Desde a fundação da Plataforma Sino-Lusófona há mais de 16 anos, os diversos sectores da sociedade de Macau ainda não elaboraram políticas atraentes para as empresas do interior da China virem à RAEM desenvolver o mercado dos PLP.

Por um lado, a RPC está acelerando a abertura da sua “Dupla Circulação”, destacando-se a criação do “Fórum China-América Latina e Comunidade do Caribe”, “Fórum da Cooperação China-África”. Esses mecanismos utilizam

vantagens, medidas e formatos similares aos actualmente existentes no Fórum de Macau. Portanto, é preciso reconhecer que o Fórum não mais possui um papel singular. Por outro lado, ainda não existem políticas vantajosas o bastante para que o comércio de importação e exportação ou o transbordo de mercadorias. Em particular, o interior da China ainda não ofereceu tratamento privilegiado à importação de produtos alimentares dos PLP importados através de Macau. No que se refere àquelas mercadorias originárias daqueles países, mas ligeiramente transformadas na RAEM, o interior da China tampouco relaxou os critérios de reconhecimento dos “processos de fabrico e de transformação”, das “mudanças de código tarifário” e das “percentagens *ad valorem*”. Dito de uma forma mais clara, a orientação dada pelas políticas do Governo Central para que a PSL possa exercer um papel substancial são extremamente importantes; porém, se as vantagens oferecidas forem insuficientes, impor-se-ão obstáculos evidentes às funções da plataforma.

2. É preciso reforçar a disposição e a capacidade das empresas de Macau para servirem os PLP

Diferentemente das empresas de grande escala, as PME em geral têm grandes dificuldades em assumir os riscos e incertezas associados aos mercados dos Países de Língua Portuguesa, o que reduz a sua determinação em desenvolver operações nesse domínio. Embora o governo da RAEM estimule, há muitos anos, as empresas de renome, do continente e de Macau, para se expandirem para os mercados estrangeiros, de facto, a verdadeira força na cooperação e nos investimentos entre China e PLP são as empresas do governo central e as demais empresas públicas da RPC. Tais entidades já possuem capacidade para desenvolver as suas actividades de forma autónoma nos mercados dos PLP, dispensando as oportunidades de desenvolvimento em conjunto com as empresas da RAEM. Dada essa situação, a maioria das PME locais não tem passado da etapa de repetir *slogans* e “realizar estudos” no que se refere à busca de mercados

nos Países de Língua Portuguesa. Assim, a principal razão para a Plataforma Sino-Lusófona não ter exercido um importante papel está em somente o governo estar a fazer aportes, unilateralmente, inexistindo uma participação activa por parte das empresas.

3. É preciso reforçar as políticas de atracção das empresas do interior da China para se abrirem aos mercados dos PLP através de Macau

As empresas do interior da China que decidirem localizar em Macau as suas operações voltadas para o mercado dos PLP fazem-no com base num cálculo de longo prazo. Por um lado, o governo da RAEM tornou permanente o benefício da isenção de imposto complementar sobre os rendimentos das empresas locais que obtiverem ou gerarem rendimentos nos Países de Língua Portuguesa. Além disso, uma vez que Brasil, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste ainda não assinaram acordos para evitar a dupla tributação com a RAEM, as empresas que realizam operações com os PLP a partir de Macau ainda não descobriram as vantagens tributárias evidentes e sustentadas para o seu investimento. Assim, tendo em vista que as políticas de apoio actuais são insuficientes, as empresas do interior da China não demonstram forte interesse em se instalar na RAEM, o que faz com que os efeitos económicos da Plataforma Sino-Lusófona não se tenham afirmado como forças sólidas de mercado.

4. É difícil concentrar intermediários especializados

A competitividade fulcral da Plataforma Sino-Lusófona é decidida pela qualidade dos serviços e do nível de especialização das empresas intermediárias. Neste momento, as PME de Macau em geral carecem de profissionalização, sendo-lhes difícil prestar apoio e serviços comerciais competitivos, por exemplo, no que se refere ao controlo da qualidade, aos requisitos regulamentares, à

consultoria empresarial, à prospecção de mercados, entre outros. Adicionalmente, as PME de Macau ainda dependem dos lucros fáceis que obtêm dos sectores locais de turismo e do jogo, enquanto o nicho de prestar serviços às empresas da China e dos PLP tem um alto grau de dificuldade, riscos elevados e lucros reduzidos, donde as complexidades no sentido de atraírem a participação das PME. Além do mais, inexistindo políticas de incentivo, não é viável construir prédios de escritórios de primeira linha, pelo que a RAEM não consegue atrair empresas da China ou dos PLP para virem abrir filiais, sendo difícil obter os efeitos económicos associados à fundação de sedes de grandes empresas estrangeiras.

5. São insuficientes os recursos humanos bilingues especializados

Em Macau, são poucas as pessoas que sabem português e são formados em áreas como direito, finanças, aviação, tecnologias de informação, construção civil ou comércio e investimento internacionais. Além disso, a maior parte dessas pessoas trabalha no governo. Mas não só, a política de formação de recursos humanos em Macau limita a importação desse tipo de pessoal. Por isso, as empresas especializadas encontram dificuldades em contratar profissionais em número suficiente, sendo impossível oferecerem serviços em ambas as direcções, de forma eficiente, para a China e para os Países de Língua Portuguesa. Por outras palavras, mesmo que se resolvessem todos os problemas citados nos itens anteriores, ainda assim a Plataforma Sino-Lusófona seria incapaz de exercer o seu papel, dada a carência de recursos humanos indispensáveis.

6. O desenvolvimento da inteligência artificial suprirá as vantagens de Macau no campo da língua portuguesa

Nos últimos anos, as tecnologias em inteligência artificial desenvolveram-se celeremente, com imensos *breakthroughs* no campo da tradução, particularmente

no que toca ao campo mais usual da tradução automática (machine translation) chinês-inglês. Por ser uma língua exótica, há poucas pessoas a estudar português, sendo ainda necessário aprimorar a qualidade da tradução automática nesse campo. Contudo, tendo em vista as tendências do avanço tecnológico, antes que passem mais anos, importa emitir o que já foi feito no campo da tradução chinês-inglês. O célere progresso da tradução realizada mediante a inteligência artificial deve levar à progressiva perda das vantagens de que Macau dispõe no campo linguístico. Logo, importa não ignorar o impacto negativo que o avanço tecnológico virá a exercer sobre as vantagens comparativas da PSL, em particular na área da língua portuguesa.

V. Propostas de políticas

Nos termos da análise acima feita, o presente texto propõe as seguintes políticas:

1. Deve utilizar-se a Zona de Cooperação Profunda Guangdong-Macau como alavanca para reforçar as vantagens oferecidas pela PSL

A construção de Hengqin, no contexto da Zona de Cooperação Profunda com Guangdong, é uma grande oportunidade para que Macau consiga vencer as suas limitações. Também pode servir de base a um possível *upgrade* total da Plataforma Sino-Lusófona. Assim, é recomendável tratar a Zona de Cooperação Profunda como uma alavanca para reforçar as políticas de incentivo à PSL, considerando o seguinte:

1) É preciso atrair capitais dos PLP para investir nas indústrias de Macau envolvidas na Zona de Cooperação de Hengqin

Recomenda-se a utilização das vantagens comparativas da Plataforma Sino-lusófona, aliando-as à nova situação do comércio internacional, desenvolvendo

os sectores dos produtos alimentares e da comida saudável em Hengqin, assim como o do comércio electrónico de MTC, do comércio transfronteiriço, das finanças, dos serviços modernos, dos tratamentos e dos cuidados de saúde, da inteligência artificial, entre outros. Deste modo, importa atrair empresas do interior da China e dos Países de Língua Portuguesa para investirem na Zona de Cooperação Profunda Guangdong Macau em Hengqin, paulatinamente se reforçando a PSL.

2) É preciso implementar métodos mais vantajosos para a definição dos critérios de origem

Ao tomarmos em conta o projecto da ZLC de Hainan, importa pleitear junto do Governo Central quanto à revisão das regras de origem do CEPA (Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e a RAEM), adoptando métodos mais favoráveis de reconhecimento do país de origem. Em termos concretos, sugere-se que seja permitido às empresas de Macau, que funcionem na Zona de Cooperação Profunda em Hengqin, que realizem um certo nível de transformação dos produtos importados dos Países de Língua Portuguesa e que utilizem directamente o rótulo “feito em Macau”, sendo então garantida a esses produtos a entrada no continente chinês através da passagem nas duas linhas de Hengqin, gozando do benefício de tarifas zero.

3) É preciso acelerar a assinatura de acordos de livre-comércio entre a RAEM e os PLP

Sugere-se que os departamentos e comissões do Governo Central apoiem e orientem Macau a negociar acordos comerciais com o Brasil, Angola e Portugal no sentido de, sob forma pioneira e experimental, agirem como uma zona alfandegária separada. Como prioridade, importa envidar esforços para permitir às empresas de Macau sediadas na Zona de Cooperação Profunda em Hengqin que realizem “transformação substancial” de produtos importados do interior da China, não excedendo 20%, exportando-os depois para mercados de países

terceiros em condições vantajosas. Como segunda etapa, conforme os resultados verificados pela monitorização desses acordos, deve tentar-se, em momento propício, assinar acordos com outros PLP nos mesmos termos.

2. Importa elevar a qualidade efectiva da PSL apoiada no protagonismo das empresas locais

1) É preciso continuar a buscar o envolvimento das empresas do Governo Central e das empresas públicas chinesas em Macau

Por um lado, é importante continuar a realizar a “Cimeira sobre a construção da Plataforma Sino-Lusófona apoiada pelas Empresas Públicas Centrais da China 2019” e outras actividades de alto-nível, com formatos em/fora de linha. O seu objectivo comum deve ser o de promover um entendimento mais completo das empresas chinesas sobre a PSL, estimulando-as a que possam exercer as suas vantagens comparativas plenamente, investindo mais recursos em Macau. Por outro lado, impõe-se estimular as empresas de Macau a valerem-se das condições de que dispõem (em termos de posição na RAEM, regimes e instituições, redes de contactos, etc.), para que colaborem de forma próxima com suas contrapartes do governo central, promovendo complementaridades e desenvolvimentos conjuntos.

2) É preciso tomar a iniciativa de abrir os serviços da PSL a empresas privadas do interior da China

Nunca foi dada atenção suficiente às empresas privadas do interior da China por parte da Plataforma Sino-Lusófona. Recomenda-se o reforço da divulgação da PSL junto do sector privado chinês, especialmente vinculando-o ao desenvolvimento do comércio transfronteiriço. Assim, será possível exercer plenamente o papel de oferecer serviços económico-comerciais às PME da China e dos Países de Língua Portuguesa, por exemplo, oferecendo ainda mais apoios em termos de redução tarifária, de plataforma de *e-commerce*, de formação

empresarial, de consultoria jurídica, etc. Também é viável prestar mediação entre as empresas e os governos locais, oferecer serviços personalizados e apoiar as empresas privadas (sobretudo as PME) a prospectar mercados nos PLP.

3) É preciso reduzir a carga tributária das empresas que operam nos PLP

Importa oferecer isenção permanente de imposto complementar sobre rendimentos às empresas registadas na RAEM que obtenham receitas ou produzam nos Países de Língua Portuguesa. Concomitantemente, importa continuar a investigar a possibilidade de oferecer benefícios tributários no que toca ao imposto do selo ou ao imposto profissional, por exemplo. Além disso, recomenda-se que se continue a negociar com os PLP com os quais a RAEM ainda não assinou acordo para evitar a dupla tributação. Através de políticas preferenciais e de outras vantagens, é possível atingir efeitos acumulados, estimulando as empresas activas na relação comercial Macau/PLP a ampliarem o volume das transacções. Além disso, importa pensar em conceder benefícios no referente às questões sobre tráfego alfandegário de produtos dos PLP (entrada e saída, etc.), atraindo empresas de fora para que se sediem ou estabeleçam um gabinete de representação na RAEM.

3. Deve criar-se uma plataforma de serviços financeiros como novo destaque da PSL

1) É preciso criar um centro de liquidação transfronteiriça em renminbi

Por um lado, recomenda-se que se continuem a canalizar forças para desenvolver a plataforma da cooperação económica comercial, reforçando a promoção do papel a ser exercido por um eventual centro de liquidação e compensação RAEM-PLP. Nesse sentido, podem organizar-se actividades promocionais nas diversas províncias do interior da China e em organismos

internacionais, com o fim de fazer com que o interior da China e os PLP, assim como os países integrantes da iniciativa “Cinturão e Rota”, utilizem a plataforma de Macau para realizar transações de liquidação e compensação. Por outro lado, sugere-se que o Governo Central reduza ainda mais os limites vigentes de acesso ao capital em relação a Macau e Hengqin. Ao tomar-se em consideração a experiência da ZLC de Shanghai, pode permitir-se às grandes instituições financeiras de Macau sediadas em Hengqin que abram contas de livre-comércio, promovendo a integração do ambiente financeiro desses dois lugares, sob todos os pressupostos regulatórios. Desta maneira, não só se criam benefícios para a circulação transfronteiriça de capitais entre as duas regiões, mas ainda, com base nessa medida, é possível envidar esforços para oferecer ainda mais serviços financeiros aos Países de Língua Portuguesa, concretizando uma verdadeira plataforma de serviços financeiros.

2) É preciso utilizar as vantagens da criação da sede do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento

Sugere-se que o Governo Central delegue mais poderes para que se organize um quadro de dirigentes, incluindo chefias, do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, envolvendo o governo da RAEM e especialistas dos diversos órgãos financeiros e afins. Caberia a tal grupo de gestores deliberar como otimizar os processos de pedidos de financiamento, aumentar a eficiência da tramitação dos pedidos, reforçar a flexibilidade das providências administrativas e reduzir os requisitos relativos aos pedidos de financiamento. Com gestores familiarizados com a situação local, é mais fácil analisar e estudar o crédito financeiro, envolvendo questões como a viabilidade económica, a administração e sustentabilidade dos projectos; a viabilidade dos mercados-alvo; a inovação, a capacidade de gestão e resiliência aos riscos da empresa, entre outros. Também caberia a esse quadro aperfeiçoar os critérios de tramitação dos pedidos, adequando-os à realidade local, realizando uma avaliação mais completa e eficiente, diligenciando por projectos, especialmente no que se refere à criação de circunstâncias favoráveis à cooperação entre Pequenas, Médias e Micro-empresas locais e dos PLP. Assim,

será possível reforçar o conceito de “sede” do Fundo da Cooperação e Desenvolvimento.

3) É preciso criar um fundo para a Área da Grande Baía

Existe a necessidade de estimular as instituições financeiras da RAEM a que tomem a iniciativa de se associarem às políticas regionais do sector, unindo os recursos existentes no interior da China e nos Países de Língua Portuguesa, para estabelecer um fundo especial que responda a um novo ambiente financeiro que promova a integração completa. Esse fundo teria um papel no desenvolvimento de sectores como a construção de infra-estruturas, o planeamento urbano e o desenvolvimento e *upgrade* de novos sectores. Adicionalmente, importa apoiar as instituições financeiras de Macau para que criem um fundo para o investimento de capitais de risco em renminbi no exterior, mobilizando capitais do interior da China, das RAE de Macau e de Hong Kong, bem como de indivíduos e organizações do exterior. Assim, auxiliar-se-iam as empresas da China a expandirem-se no contexto dos Países de Língua Portuguesa e da Iniciativa “Faixa e Rota”, sendo também possível atrair os PLP para a emissão de obrigações utilizáveis nos projectos de construção da Área da Grande Baía.

4) É preciso otimizar as infra-estruturas da sede do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento

Macau possui todas as condições para se tornar um ponto focal para as filiais de empresas chinesas realizarem as suas operações nos Países de Língua Portuguesa. Recomenda-se que o governo da RAEM publique, com a brevidade possível, um Plano Director e seus pormenores, nele se destacando uma zona empresarial central, realizando o *upgrade* da zona comercial tradicional. Desta forma, é possível estimular as grandes empresas a construírem prédios de escritório de primeira linha, não apenas tendo características sino-portuguesas, mas também compatíveis com os requisitos mais actuais, servindo de condição para que se obtenha eficácia económica da existência da sede do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento em Macau.

4. Deve utilizar-se a plataforma de cooperação de C&T como garantia para o desenvolvimento sustentado da PSL

1) É preciso estimular a conversão científico-tecnológica da China e dos PLP nas duas direcções

Recomenda-se que os departamentos e comissões do Governo Central apoiem Macau a criar uma plataforma de conversão tecnológica para o intercâmbio nessa área. Deste modo, é possível promover a cooperação para investigar novos sectores, encorajando as universidades, os institutos de pesquisa e as empresas de ambas as partes a unirem as suas forças em projectos inovadores de C&T, fazendo com que as empresas de alta-tecnologia da China e dos PLP realizem mostras e seminários temáticos em Macau, para divulgação e experiências. Ao mesmo tempo, é preciso atrair essas empresas para que se instalem na Zona de Cooperação Profunda Guangdong-Macau em Hengqin, criando efeitos de irradiação para o sector de alta-tecnologia de Macau, exercendo um efeito indutor. Adicionalmente, é preciso envidar esforços para que o Governo Central realize nesta cidade, com carácter permanente, o Fórum Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de Bo'ao, o que criará uma nova imagem para Macau como plataforma de diálogo em C&T Internacional, na China e no exterior.

2) É preciso reforçar o desenvolvimento da tradução automática chinês-português

Macau já possui sólidos alicerces no que se refere a tradução chinês-português, tradução automática e inteligência artificial. No entanto, recomenda-se a combinação dos recursos de investigação nesse campo já existentes na Universidade de Macau e no Instituto Politécnico, criando uma plataforma académica de alto nível, apoiando os respectivos recursos humanos a trabalhar nesse campo. Através da cooperação com a investigação sobre novos sectores, é possível converter os resultados das pesquisas feitas sobre tradução automática

em aplicações práticas, o que teria efeitos económicos, consolidando as vantagens comparativas da RAEM, no que se refere ao bilinguismo chinês-português.

5. Deve tratar-se o comércio transfronteiriço como um novo ponto de apoio para a “Dupla Circulação” chinesa

Durante a etapa inicial da epidemia de COVID-19, o comércio transfronteiriço revelou um imenso potencial de desenvolvimento. A Plataforma Sino-lusófona igualmente precisa se aproximar das oportunidades providenciadas pelo desenvolvimento desse sector. Recomenda-se, em primeiro lugar, que as repartições governamentais da RAEM, bem como as suas empresas e associações comerciais se actualizem, familiarizando-se urgentemente com os novos modelos de consumo dos moradores do interior da China, sob a grande voga do comércio electrónico. Torna-se necessário adoptar uma estratégia fina, que alie elementos em linha e fora de linha. Segundo, utilizando o “Centro de Distribuição de Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa” como ponto de acesso, é preciso fortalecer a cooperação com o comércio electrónico do continente, aumentando a qualidade técnica das aquisições de produtos, ampliando os benefícios económicos do Centro. Em terceiro lugar, vale a pena atrair ainda mais representantes comerciais de produtos dos PLP sediados em Macau, para que, de forma dirigida, se lhes conceda apoio para explorarem o mercado do interior da RPC, utilizando meios tecnológicos para conversão em comércio electrónico transfronteiriço, impelindo o mercado sino-lusófono de produtos alimentares nessa direcção, dando novas energias à continuidade sustentada das trocas. Quarto, importa considerar a cooperação com as mais conhecidas plataformas de comércio electrónico do continente, tais como Alibaba ou Jingdong. Por exemplo, na versão em português da página do Alibaba, pode considerar-se a possibilidade de apresentar a Plataforma Sino-Lusófona de Macau, incluindo informações sobre seus eventos e actividades, para efeitos de divulgação. Em quinto lugar, é preciso explorar, junto com o Alibaba, a viabilidade de promover feiras em Macau, com a participação de representantes, fornecedores, micro-empresas, etc, de comércio electrónico, voltadas para o mercado dos PLP, o que converterá a RAEM num

ponto de encontro entre o interior da China e esses países, também no plano do *e-commerce*. Sexto, os agentes de comércio transfronteiriço podem servir de “*match-makers*”, apresentando produtos de qualidade, tanto da RPC, como do estrangeiro, uma modalidade de participação directa na “Dupla Circulação”. Recomenda-se trazer comerciantes electrónicos famosos para Macau, alavancando esse ramo localmente, criando condições para que a juventude e empresários possam desenvolver operações de venda em linha no interior da China.

VI. Resumo

A Plataforma Sino-Lusófona tanto é uma rara oportunidade para o desenvolvimento sustentado de Macau, como também é um auxílio devido ao Estado chinês, com a finalidade de desenvolver a nova conjuntura de “Dupla Circulação”. A “Dupla Circulação” está a tomar forma celeremente, logo que o 14.º Plano Quinquenal esteja prestes a ser publicado, que o Centro Internacional de Inovação em C&T da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau esteja a ser construído e que a Zona de Cooperação Profunda Guangdong-Macau (Hengqin) tenha sido lançada oficialmente. Estes três eventos constituem elevadas exigências para a PSL. Por tal razão, o Governo da RAEM e os diversos sectores da sociedade têm que pensar, de forma inovadora, para aperfeiçoar as diversas políticas em termos de regimes, estratégias, legislação, recursos humanos, tecnologias de apoio, entre outros. Somente com o incremento das funções dos serviços da PSL é possível consolidar as suas vantagens comparativas, realizando com mais eficiência a função de “Uma Plataforma”.

Tendo a epidemia COVID-19 imposto desafios inauditos às perspectivas de desenvolvimento sócio-económico mundiais, isso não será capaz de alterar as tendências de longo prazo a favor do reforço da cooperação entre a RPC e os Países de Língua Portuguesa. Tão pouco quebrará a resolução da RAEM de se integrar na conjuntura do desenvolvimento nacional. Acreditamos que o governo da RAEM e os diversos sectores da sociedade estarão atentos às grandes

tendências em jogo e aproveitarão a 6.^a Conferência Ministerial entre a China e os Países de Língua Portuguesa para imprimir mais vigor ao trabalho de construção dos “Três Centros”. Em particular, é preciso empenho para desenvolver serviços financeiros modernos, aliando o formato da economia de megadados da nova era, aliando os ambientes em linha e fora de linha para assim dar novo ímpeto à PSL e um importante contributo à abertura completa da China ao exterior.